

FANZINES COMO RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS PARA A VALORIZAÇÃO DA CARTA MAGNA DO CEARÁ

Antonio Lewi da Silva Barros¹
Miguel Ricardo da Rocha Gomes Pereira²
Rose dos Santos Maia³

RESUMO

O artigo apresenta uma proposta pedagógica desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto de Geografia, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), com uma turma do 1º ano do Ensino Médio da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Parque Presidente Vargas, em Fortaleza, Ceará. A atividade consistiu em uma oficina de fanzine voltada à valorização da Data Magna do Ceará, que marca a abolição oficial da escravidão no estado em 25 de março de 1884, quatro anos antes da promulgação da Lei Áurea. Apesar de seu significado histórico, essa data ainda é pouco conhecida e discutida no ambiente escolar. A oficina teve como objetivos resgatar esse marco da luta da população negra no Ceará e promover reflexões críticas sobre o racismo estrutural e a invisibilidade dessa população. A metodologia da oficina foi dividida em três etapas: na primeira, foi feita uma contextualização histórica da Data Magna. Na segunda, os alunos foram apresentados ao conceito de fanzine como instrumento de expressão artística, política e crítica. Na terceira etapa, produziram seus próprios fanzines em trios, relacionando a temática a aspectos sociais, históricos e identitários, com posterior socialização em sala. Os resultados revelaram o desconhecimento inicial dos estudantes sobre a Data Magna e o protagonismo negro no processo abolicionista. A produção dos fanzines favoreceu o engajamento, a criatividade e o pensamento crítico dos alunos, que associaram o passado da escravidão às formas contemporâneas de racismo e exclusão. A experiência evidenciou a potencialidade dos fanzines como recursos didático-pedagógicos e das metodologias participativas no ensino de Geografia no espaço escolar. Além disso, proporcionou aos bolsistas do PIBID Geografia uma vivência concreta de articulação entre teoria e prática, favorecendo a práxis.

Palavras-chave: Fanzines, Data Magna do Ceará, Prática pedagógica, PIBID, Geografia.

INTRODUÇÃO

A abolição da escravidão no Brasil, oficialmente consolidada pela Lei Áurea em 1888, foi um processo complexo e multifacetado, com marcos significativos que precederam esse evento. No Ceará, a libertação dos escravizados foi proclamada em 25 de março de 1884, fazendo com que o estado fosse o primeiro da federação a abolir oficialmente a escravidão no

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, lewi.barros@aluno.uece.br;

² Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, miguel.ricardo@aluno.uece.br;

³ Mestra pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, rose.maia_87@outlook.com.





Brasil. Essa data, referida como Data Magna do Ceará, simboliza um importante marco histórico na luta contra a escravidão e na afirmação do protagonismo negro e abolicionista local. Contudo, mesmo sendo importante, a Data Magna do Ceará ainda é pouco abordada e reconhecida nas escolas, o que contribui para uma invisibilidade histórica que prejudica a compreensão da história da população negra no estado e no Brasil.

Essa invisibilidade não é por acaso; ela reflete um currículo que ainda é influenciado pelo eurocentrismo e pela negligência em relação às matrizes africanas que formaram a sociedade brasileira. Neste contexto, este artigo apresenta uma proposta pedagógica desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). A intervenção, realizada com uma turma do primeiro ano do Ensino Médio da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Parque Presidente Vargas, em Fortaleza, Ceará, consistiu em uma oficina de fanzines, em abril de 2025.

O objetivo principal foi destacar a importância da Data Magna do Ceará, enfatizando o protagonismo negro no processo abolicionista e incentivando reflexões críticas sobre o racismo estrutural e a marginalização social e histórica da população negra. Nesta perspectiva, compreende-se o racismo estrutural como elemento orgânico da organização social, política e econômica da sociedade, e não como um mero reflexo de atos individuais (Almeida, 2019). Essa iniciativa alinha-se diretamente à Lei nº 10.639/2003, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial da rede de ensino.

Promulgada em 9 de janeiro de 2003, essa lei determina que temas como a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a contribuição dos negros na formação social e política do país devem ser abordados em todo o currículo escolar, com o objetivo de combater o racismo estrutural e fomentar uma educação antirracista.

Posteriormente, em 10 de março de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.645, que alterou a legislação anterior para incluir a obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos povos indígenas. Dessa forma, a lei ampliou o propósito da valorização da diversidade étnico-racial na educação, passando a exigir que o currículo de todas as escolas, públicas e privadas, do ensino fundamental e médio, contemple as contribuições de ambos os grupos na formação da sociedade nacional.





METODOLOGIA

A metodologia deste artigo foi fundamentada em duas frentes principais e complementares: a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica focada em referenciais teóricos que discutem os temas centrais da pesquisa, incluindo obras de Almeida, Silvio Luiz de (2019) sobre racismo estrutural, Munanga, Kabengele (1999) sobre mestiçagem e identidade negra, Barros, José d'Assunção (2019) sobre a história da escravidão, e Gomes Júnior, José (2011) sobre a abolição no Ceará.

Além disso, foram estudadas obras que discutem a abordagem da pesquisa-ação no contexto educacional, como a de Thiollent (2018), o uso de recursos didáticos alternativos como os fanzines, e os debates sobre a aplicação da Lei nº 10.639/2003, com foco na história e cultura afro-brasileira e no combate ao racismo estrutural. Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa-ação porque busca não apenas compreender uma realidade educacional, mas também intervir nela de forma participativa, visando à transformação social e à melhoria das práticas pedagógicas, conforme os princípios que norteiam essa metodologia. Essa base teórica foi essencial para a conceituação do problema de pesquisa, para o planejamento da intervenção pedagógica e para a posterior análise dos materiais produzidos.

A pesquisa de campo, por sua vez, materializou-se através de uma oficina pedagógica de caráter qualitativo e participativo. Realizada em abril de 2025 com uma turma do 1º ano do Ensino Médio Ensino da EEMTI Parque Presidente Vargas, em Fortaleza, a oficina foi desenvolvida no âmbito do PIBID Geografia da UECE. A atividade foi estruturada em três momentos: primeiro, uma contextualização histórica sobre a Data Magna do Ceará e o protagonismo negro; segundo, a apresentação dos fanzines como mídia de expressão crítica; e terceiro, a produção dos próprios fanzines pelos alunos, que foram desafiados a conectar o tema histórico a questões sociais contemporâneas.

Os dados empíricos foram produzidos e coletados durante essa oficina, por meio da observação participante e da análise documental dos fanzines criados pelos estudantes. As falas dos alunos durante a socialização final de seus trabalhos também foram consideradas como fonte de dados. Todo o material produzido foi posteriormente examinado, buscando identificar as representações, os discursos e os sentidos construídos pelos participantes a respeito das temáticas abordadas.



REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo fundamenta-se em discussões sobre educação antirracista, memória histórica e metodologias pedagógicas participativas, com o objetivo de integrar o ensino de Geografia à valorização do protagonismo negro e à realização prática da Lei n.º 10.639/2003. Incluir a história e a cultura afro-brasileira no currículo escolar é fundamental para combater a invisibilidade da população negra e o racismo estrutural nas instituições de ensino. Munanga (1999) aponta que a escola frequentemente reproduz narrativas que marginalizam ou ocultam a história dos negros. Por isso, é fundamental implementar estratégias pedagógicas que incentivem a reflexão crítica e a conscientização sobre as desigualdades sociais e históricas. Almeida (2019) corrobora essa visão ao abordar o conceito de racismo estrutural, destacando como as práticas educativas convencionais podem favorecer a perpetuação de estruturas de exclusão.

A importância histórica da Data Magna do Ceará, declarada em 25 de março de 1884 quatro anos antes da promulgação da Lei Áurea, representa um marco do protagonismo negro na luta pela abolição da escravidão. Segundo Gomes Júnior (2011) e Barros (2019), esse acontecimento ainda é pouco abordado no contexto escolar, o que evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a memória e a identidade cultural da população negra cearense. Nesse sentido, o fanzine pode ser utilizado como um recurso didático, funcionando como material de apoio semelhante a livros, capaz de ilustrar temas, apresentar conteúdos ou servir de exemplo em sala de aula.

Já a produção de fanzines pelos próprios alunos configura uma metodologia de ensino, pois envolve técnicas e estratégias que estimulam a participação ativa no processo de aprendizagem. Ao criar seus próprios fanzines, os estudantes pesquisam, escrevem, desenham e organizam o conteúdo, desenvolvendo a criatividade, a autonomia e o trabalho em equipe. Conforme destacam Moran (2000) e Veiga (2002), metodologias participativas e recursos lúdicos, promovem o protagonismo discente e tornam o aprendizado mais significativo e conectado à realidade dos alunos.

A articulação entre esses três eixos; educação antirracista, valorização histórica e metodologias participativas fundamenta o presente estudo e orienta a proposta pedagógica desenvolvida no âmbito do PIBID. Ao combinar reflexões acerca do racismo estrutural, memória histórica e práticas pedagógicas significativas, o referencial teórico estabelece uma





base robusta para a compreensão dos resultados da oficina de fanzines. Ele destaca o potencial de estratégias educativas que vão além da simples transmissão de conhecimento, fomentando o engajamento crítico e a conscientização socioespacial dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da oficina mostraram que os estudantes têm pouco conhecimento sobre a Data Magna do Ceará e, por consequência, sobre o papel dos negros no processo abolicionista do Estado. Essa lacuna no conhecimento histórico demonstra como a invisibilidade da população negra e de suas lutas é perpetuada nos currículos e nas abordagens pedagógicas tradicionais, apesar da obrigatoriedade imposta pela Lei nº 10.639/2003, que visa exatamente resgatar essas contribuições e combater o racismo por meio da educação. A falta de familiaridade a data ressalta a necessidade de abordagens mais críticas e reflexivas que resgatem e valorizem a história e a cultura afro-brasileira, conforme indicado por diretrizes educacionais.

A produção dos fanzines, no entanto, funcionou como um estímulo para o engajamento, a criatividade e o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. A liberdade de expressão proporcionada pelo formato do fanzine permitiu que os estudantes explorassem diversas formas de representação e associação. Observou-se que, ao contextualizar a Data Magna, os alunos foram capazes de traçar paralelos entre o passado da escravidão e as manifestações contemporâneas do racismo e da exclusão social. Os fanzines produzidos abordaram temas como a persistência do preconceito racial, a luta por direitos e o empoderamento negro, demonstrando uma percepção aguçada das conexões entre história e presente, e incorporando elementos da cultura afro-brasileira como exigido pela lei.

A vivência da oficina evidenciou a potencialidade dos fanzines como recursos didático-pedagógicos, especialmente no ensino de Geografia. Eles se mostraram eficazes não apenas para discutir temas históricos e sociais, mas também para promover a interdisciplinaridade e uma leitura crítica do espaço geográfico, permitindo que os alunos contassem suas próprias histórias e as de suas comunidades. A natureza colaborativa da produção dos fanzines em trios estimulou o diálogo, a troca de ideias e o trabalho em equipe, aspectos fundamentais para a construção coletiva do conhecimento.





Adicionalmente, a experiência proporcionou aos bolsistas do PIBID Geografia uma valiosa vivência na articulação entre teoria e prática. A oportunidade de planejar, executar e avaliar uma atividade pedagógica em um ambiente escolar real contribuiu significativamente para sua formação docente, permitindo que compreendessem as dinâmicas da sala de aula e os desafios do sistema educacional. Essa práxis, fundamental para a formação de professores, fortaleceu o elo entre a universidade e a educação básica, enriquecendo o percurso formativo dos futuros docentes.

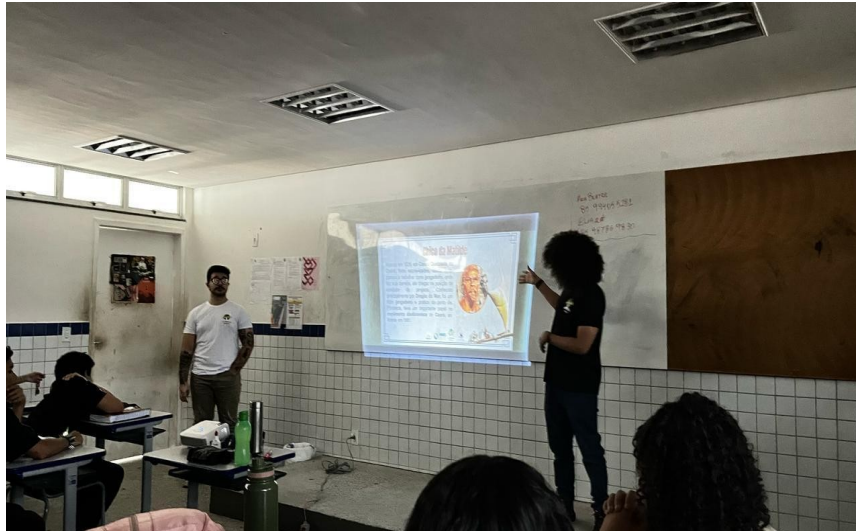
Na realização da oficina, constatou-se que a maior parte dos estudantes desconhecia ou atribuía pouca relevância à Data Magna do Ceará, marco histórico fundamental para o estado do Ceará e para o Brasil. Esse dado evidencia a persistência de lacunas no ensino de história local e do protagonismo negro, o que reforça a invisibilidade da população negra nas narrativas escolares.

Durante a etapa teórica da oficina, observou-se baixo envolvimento da turma. Muitos alunos demonstraram indiferença diante da contextualização histórica, o que representou um desafio à condução da atividade. Essa postura confirma um cenário em que os conteúdos relacionados à história afro-brasileira permanecem, em grande medida, marginalizados ou recebidos com desatenção, revelando uma fragilidade pedagógica que naturaliza o distanciamento dos discentes em relação a essa temática.

Essa situação reflete o que Beserra e Lavergne (2018) que identificam como uma das expressões mais sutis do racismo estrutural brasileiro, pois envolve a manutenção de lacunas no ensino e a ausência de reconhecimento do protagonismo negro nas narrativas escolares, resultando na produção de uma cultura escolar que naturaliza a desigualdade e invisibiliza as contribuições negras na formação nacional. A seguir, apresenta-se a Figura 1, que registra a etapa teórica da oficina conduzida pelos bolsistas do PIBID Geografia, ilustrando o momento de contextualização histórica e os desafios iniciais de engajamento dos estudantes.



Figura 1 - Etapa teórica da oficina



Fonte: Acervo PIBID Geografia (2025)

Em contrapartida, na etapa prática, dedicada à produção dos fanzines, registrou-se maior participação e engajamento. A seguir, observa-se um registro visual desse momento, que ilustra o envolvimento dos estudantes durante a oficina. O manuseio de papéis, tesouras, recortes e materiais gráficos possibilitou aos estudantes um espaço de criatividade e expressão autônoma, favorecendo o protagonismo discente e o estabelecimento de relações críticas entre passado e presente. Fanzines funcionam como recursos de comunicação alternativa, capazes de mobilizar sujeitos e estimular leituras criativas sobre questões sociais. No caso da oficina, os estudantes estabeleceram vínculos mais sólidos com o conteúdo a partir do momento em que foram inseridos em uma metodologia participativa. Entretanto, a diferença de receptividade entre a etapa teórica e a prática levanta uma questão relevante: por que os alunos se mobilizam apenas diante do lúdico, rejeitando a teoria a segundo plano? Esse aspecto denuncia a fragilidade de uma tradição pedagógica ainda marcada por práticas expositivas e pouco dialógicas, que tendem a afastar os estudantes do processo de aprendizagem. Como destaca Freire (1996), a educação só se realiza de maneira plena quando há práxis, isto é, quando teoria e prática se encontram em uma relação crítica e transformadora.



Figura 3 - Fanzines produzidos



Fonte: Acervo PIBID Geografia (2025)

Assim, os resultados indicam tanto o potencial dos fanzines como recurso pedagógico quanto os limites da prática escolar atual. A oficina cumpriu seu objetivo de valorizar a Data Magna do Ceará e de estimular reflexões sobre o racismo estrutural, mas também evidenciou a urgência de repensar estratégias de ensino que superem a apatia e garantam a centralidade da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina de fanzines evidenciou, de maneira contundente, as fragilidades da escola no que diz respeito ao ensino da história afro-brasileira e à valorização da Data Magna do Ceará. O desconhecimento quase majoritário dos estudantes acerca desse marco histórico não pode ser interpretado como mero acaso, mas sim como reflexo de um projeto educacional que, historicamente, silenciou o protagonismo negro e privilegiou narrativas eurocêntricas. Essa omissão, reiterada ao longo dos anos, reforça a persistência de um racismo estrutural que





permeia o espaço escolar e compromete a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Embora a etapa prática da oficina, centrada na produção de fanzines, tenha mobilizado maior participação e engajamento dos discentes, o desinteresse inicial diante da abordagem teórica escancara uma escola que ainda não conseguiu romper com práticas pedagógicas expositivas e pouco dialógicas. Tal cenário indica que a implementação da Lei nº 10.639/2003, duas décadas após sua promulgação, permanece incompleta e, em muitos contextos, simbólica, carecendo de efetividade no cotidiano escolar.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa não apenas destacam o potencial dos fanzines como recurso didático-pedagógico, mas também denunciam as limitações estruturais do sistema educacional brasileiro. É urgente que a escola se comprometa com a superação da invisibilidade histórica da população negra, sob pena de perpetuar um currículo que legitima desigualdades e inviabiliza a construção de uma consciência crítica. Portanto, mais do que propor alternativas metodológicas, este estudo reafirma a necessidade de um enfrentamento sistemático das omissões curriculares e das práticas que ainda insistem em naturalizar a exclusão e a desigualdade racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BARROS, José d'Assunção. **A história da escravidão**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BESERRA, Bernadete de L. R.; LAVERGNE, Rémi Fernand. **Racismo e educação no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2018.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1888.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CXL, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CCLVIII, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.





CEARÁ. **Lei nº 8.106, de 09 de julho de 1997.** Institui o dia 25 de março como Data Magna do Estado do Ceará, feriado estadual em que se comemora a Abolição dos Escravos no Ceará. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, 10 jul. 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES JÚNIOR, José. **A abolição no Ceará:** memória e identidade. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas: Papirus, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção coletiva. Campinas: Papirus, 2002.

